

Revista
Latino-americana de

*G*eografia e Gênero

Volume 16, número 2 (2025)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Geografia, Corpo e Violência Contra as Mulheres: Tramas Espaciais de Poder e Resistência

*Geografía, Cuerpo y Violencia Contra las Mujeres:
Tramas Espaciales de Poder y Resistencia*

*Geography, Body and Violence Against Women:
Spatial Plots of Power and Resistance*

Carolina da Silva Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro -
Brasil

carolinasantos90@gmail.com

Como citar este artigo:

SANTOS, Carolina da Silva. Geografia, Corpo e Violência Contra as Mulheres: Tramas Espaciais de Poder e Resistência. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 2, p. 200-219, 2025. ISSN 2177-2886. DOI: <10.5212/Rlagg.v.16.i2.0010>.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Geografia, Corpo e Violência Contra as Mulheres: Tramas Espaciais de Poder e Resistência

Geografía, Cuerpo y Violencia Contra las Mujeres: Tramas Espaciales de Poder y Resistencia

Geography, Body and Violence Against Women: Spatial Plots of Power and Resistance

Resumo

Este artigo propõe uma leitura crítica das dinâmicas materiais e simbólicas das relações de poder, com base na Geografia e na interseccionalidade. Analisa como o espaço geográfico é produzido por práticas sociais e culturais que reproduzem desigualdades estruturais de gênero, raça, classe e sexualidade. A partir de uma metodologia de análise conceitual bibliográfica, o estudo compreende o espaço como campo de disputas simbólicas e institucionais, onde arranjos urbanos operam como dispositivos de controle, disciplina, mas também de resistência. Destaca-se a subalternização e invisibilização de determinados corpos, especialmente os femininos, e o papel da violência na normatização das espacialidades. O texto critica os paradigmas eurocentrados e objetivistas da tradição geográfica, defendendo epistemologias feministas e saberes situados como alternativas teórico-metodológicas. Conclui-se que pensar a Geografia nas interseções entre corpo, poder e espaço é um gesto político e ético essencial à compreensão das desigualdades e à construção de geografias mais justas, plurais e transformadoras.

Palavras-Chave: Geografia. Interseccionalidade. Violência contra mulher. Corpo.

Resumen

Este artículo propone una lectura crítica de las dinámicas materiales y simbólicas de las relaciones de poder, desde la Geografía y de la interseccionalidad. Analiza cómo el espacio geográfico es producido por prácticas sociales y culturales que reproducen desigualdades estructurales de género, raza, clase y sexualidad. A través de una metodología bibliográfica conceptual, el estudio concibe el espacio como un campo de disputas simbólicas e institucionales, donde los arreglos urbanos actúan como dispositivos de control, disciplina, pero también de resistencia. Se destaca la subalternización e invisibilización de ciertos cuerpos, especialmente los femeninos, y el papel de la violencia en la normalización de las espacialidades. El texto critica los paradigmas eurocéntricos y objetivistas de la Geografía tradicional, defendiendo las epistemologías feministas y los saberes situados como alternativas teórico-metodológicas. Se concluye que pensar la Geografía desde las intersecciones entre cuerpo, poder y espacio es un acto político y ético para construir geografías más justas, plurales y transformadoras.

Palabras-Clave: Geografía. Interseccionalidad. Violencia contra las mujeres. Cuerpo.

Carolina da Silva Santos



Abstract

This article offers a critical reading of the material and symbolic dynamics of power relations, based on Geography and the framework of intersectionality. It analyzes how geographic space is shaped by social and cultural practices that reproduce structural inequalities of gender, race, class, and sexuality. Using a conceptual bibliographic methodology, the study conceives space as a field of symbolic and institutional disputes, where urban arrangements function as devices of control, discipline, and also resistance. It highlights the subalternization and invisibilization of certain bodies, especially women's, and the role of violence in the normalization of spatialities. The article criticizes Eurocentric and objectivist paradigms of traditional geography, advocating for feminist epistemologies and situated knowledge as theoretical-methodological alternatives. It concludes that thinking Geography through the intersections of body, power, and space is a political and ethical act, essential to understanding inequalities and constructing more just, plural, and transformative geographies.

Keywords: Women Geography. Intersectionality. Violence against women. Body.

Considerações iniciais

A Geografia contemporânea tem sido tensionada por revisões críticas que buscam romper com paradigmas essencialistas, eurocentrados e androcêntricos. Essas inflexões epistêmicas abriram caminho para abordagens mais plurais e situadas, comprometidas com os atravessamentos entre espaço, cultura, poder e corporeidade. Com análises das dinâmicas espaciais a partir de uma perspectiva interseccional, com ênfase nas desigualdades estruturais que permeiam a organização dos territórios e das paisagens urbanas.

Inspiradas nas contribuições de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), Silvia Federici (2017), Angela Davis (2016), Judith Butler (2003), bell hooks (2019), e Joseli Maria Silva (2009, 2010), entre outras (os), as reflexões aqui desenvolvidas propõem deslocamentos teórico-metodológicos que rompem com leituras espacializantes descoladas da experiência vivida. A compreensão da cultura enquanto mediação simbólica e material permite problematizar as espacialidades cotidianas, como a cidade, o lar e a escola, não como cenários neutros, mas como arenas de disputa, onde se expressam tanto mecanismos de dominação quanto possibilidades de transformação.

Doreen Massey (2008), por exemplo, propõe uma concepção relacional de espaço, concebendo-o como constituído por múltiplas trajetórias e relações de poder em constante negociação. Rogério Haesbaert (2014), ao abordar a multiterritorialidade, evidencia a complexidade dos vínculos espaciais estabelecidos por diferentes sujeitos com o território, revelando desigualdades e conflitos. Joseli Maria Silva, por sua vez, tem sido referência incontornável na geografia feminista brasileira ao denunciar os silenciamentos epistêmicos e propor a centralidade dos corpos dissidentes como categorias analíticas.

Nesse horizonte, refletir sobre quem projeta, ocupa e representa os espaços torna-se essencial para desestabilizar normatividades espaciais e epistemológicas. As epistemologias feministas, nesse sentido, constituem-se como campo insurgente dentro das ciências, questionando os pressupostos da neutralidade, objetividade e universalidade. Ao valorizar saberes situados e corporificados, essas abordagens tensionam os limites do conhecimento

científico tradicional, reivindicando a legitimidade da experiência como fundamento da produção teórica.

A tradição geográfica de matriz positivista, notadamente a vertente quantitativa, priorizava a objetividade e o distanciamento analítico, excluindo dimensões afetivas e subjetivas da análise espacial. A renovação crítica, sobretudo sob a influência do marxismo (Harvey, 2004), passou a reconhecer a centralidade das estruturas econômicas na produção do espaço. No entanto, mesmo dentro desse campo, permanecem lacunas analíticas em relação às intersecções entre classe, gênero, raça, sexualidade e geração. Milton Santos (1996), embora focado na tecnicidade e nos processos de globalização, também reconheceu a presença dos sujeitos na construção das espacialidades, antecipando, em certa medida, discussões hoje aprofundadas por perspectivas feministas, decoloniais e interseccionais.

A esse respeito, a produção geográfica crítica precisa ser ampliada por leituras que valorizem os corpos como territórios de significação, controle e resistência. Os saberes produzidos nas margens, por mulheres, negras, indígenas, populações LGBTQIA+, crianças, pessoas com deficiência, desafiam as epistemologias hegemônicas e constroem novas gramáticas espaciais. Como destaca Silva (2009), é preciso desnaturalizar o discurso científico que sustenta as teias do saber-poder moderno-colonial:

Nossa subversão tem o sentido de contribuir para a desconstrução do discurso científico que sustenta as teias do saber/poder reinante em nossa sociedade, mediante a construção de visibilidades de grupos sociais e fenômenos que foram negados e repudiados pela perspectiva da modernidade colonial: negros, índios, mulheres, crianças, adolescentes e homossexuais (Silva, 2009, p. 14-15).

Dessa forma, este trabalho visa colaborar com o esforço de pluralização epistemológica da Geografia, ampliando seus marcos teóricos e metodológicos a partir de uma perspectiva crítica e comprometida com a justiça social.

Para tanto, organiza-se em três eixos complementares, que se articulam na construção de uma leitura interseccional das espacialidades contemporâneas: A Geografia Cultural: pensar a paisagem e a cidade como elementos de compreensão espacial do debate de gênero; Corpos territórios e intersecções: uma leitura crítica a partir da Geografia Cultural e; Corpos em luta, espaços em disputa

Ao articular os debates feministas, propõe-se uma leitura crítica e situada dos processos espaciais, contribuindo para uma ciência mais sensível às multiplicidades que compõem o mundo social e suas territorialidades.

A geografia cultural: pensar a compreensão espacial do debate de gênero

Nas últimas décadas, a epistemologia geográfica tem se consolidado como um campo de reflexão voltado à construção de uma ciência mais plural e menos eurocêntrica. Nesse contexto, abrem-se espaços para novas agendas e possibilidades teórico-metodológicas que favorecem, por exemplo, o aprofundamento dos debates sobre gênero e violência em diferentes

espacialidades (Silva, 2009; Lan, 2009).

É nesse horizonte que se observam as tendências epistemológicas feministas que desafiam a ideia de neutralidade na ciência geográfica, sobretudo no que se refere aos corpos que ocupam e produzem o espaço. Torna-se possível, assim, refletir sobre os significados, símbolos e subjetividades que marcam as existências e os processos sociais e culturais em distintas espacialidades, influenciados e também influenciando as trajetórias corporais marcadas por raça, classe e gênero. Em outras palavras, trata-se de considerar o entrelaçamento de hierarquias que reconfiguram o olhar e a análise sobre a ordem social e cultural em suas diversas estruturas de privilégios e relações de poder.

Esse campo epistêmico contribui para as análises das práticas culturais, nas quais crenças e identidades influenciam, e são influenciadas, pelo espaço geográfico. Paisagem e cidade, por meio dos seus arranjos espaciais e urbanos, refletem a compreensão espacial do debate de gênero. Compreender a paisagem, portanto, implica deixar de entendê-la como um cenário passivo, passando a ser interpretada como expressão das relações de poder, das violências e das disputas que nela se inscrevem.

A paisagem comunica valores sociais. A disposição e localização dos espaços, como os públicos e privados, ilustram como determinadas espacialidades são associadas ao masculino, sendo necessário refletir sobre qual corpo masculino se trata e ao passo que o espaço privado é frequentemente vinculado ao feminino, geralmente materializado como território de violência, afeto ou resistência.

Isso nos leva a indagar quais corpos são autorizados ou desencorajados a ocupar determinados espaços, a circular pela cidade, a acionar dispositivos de proteção e cuidado. Tais dinâmicas evidenciam relações de poder que podem ser analisadas por meio da ferramenta analítica da interseccionalidade, conforme proposto por Collins e Bilge (2021).

Importa compreender que a Geografia Cultural, como todo campo epistêmico, é atravessada por disputas em torno de seus significados e definições. De acordo com Claval (1999) e Corrêa e Rosendahl (2011; 2012), esse campo passou por distintas transformações ao longo do século XX, com impactos diversos nos contextos em que foi produzido.

A partir das críticas direcionadas à geografia cultural saureriana, sobretudo quanto ao estatuto ontológico da cultura, emergem, na década de 1980, novos paradigmas teóricos e conceituais. Autores como Claval (2001) e Cosgrove (2012) passam a compreender a cultura como elemento integrante da sociedade, dotado de materialidade e imaterialidade, constituído por símbolos, signos e significados que influenciam as paisagens e moldam as identidades de grupos e indivíduos.

Assim, a cultura deixa de ser explicada como categoria determinante e passa a ser concebida como "reflexo, mediação e condição social" (Corrêa; Rosendahl, 2011, p.13). Isso significa reconhecer que mulheres e homens desempenham papel fundamental na compreensão e produção do espaço e da cultura, que não são vivenciados de forma homogênea, variando segundo a localização, os grupos sociais e as interseccionalidades que os atravessam.

Essas abordagens abrem caminhos para pesquisas que problematizam

múltiplas vivências espaciais de sujeitos em suas subjetividades, desafiando as culturas hegemônicas que moldam pensamentos, comportamentos e práticas sociais e espaciais. Diante de relações de poder desiguais, determinados sujeitos ocupam lugares de subalternidade e são induzidos a padrões de uso e ação que evitam o rompimento com normas sociais estabelecidas.

Isso demanda uma análise crítica de como os espaços são utilizados, por quem, e com quais interesses. Exige, ainda, o questionamento sobre como as práticas culturais podem tanto reforçar quanto desafiar as desigualdades. Refletir sobre quem projeta os espaços urbanos, quem pensa e planeja a cidade, assim como os currículos escolares, os espaços educacionais e os livros didáticos, nos permite analisar quais representações e invisibilidades são perpetuadas e de que modo esse debate pode contribuir para políticas de igualdade, equidade e diversidade.

Diante disso, destacamos três aspectos que, à luz da pesquisa em desenvolvimento, centrada na análise das espacialidades vividas por mulheres em situação de violência de gênero, contribuem para a compreensão crítica da organização espacial patriarcal. Reconhecemos que os autores mobilizados, como Paul Claval e Denis Cosgrove, não tinham como objetivo central essa leitura interseccional. No entanto, entendemos ser possível estabelecer interlocuções a partir de seus conceitos, o que permite novas interpretações teóricas comprometidas com a problematização das desigualdades de gênero, classe e raça.

Essa leitura tem sido construída em diálogo com os aportes da Geografia Feminista, que tem desempenhado um papel central na ampliação e na politização do olhar sobre o espaço. Autoras como Doreen Massey (2008) e Linda McDowell (1999) nos ensinam que o espaço não é neutro: ele é produzido por relações de poder atravessadas por gênero, raça, sexualidade e classe. Essa perspectiva nos treina o olhar para perceber como a organização espacial está imersa em práticas discursivas e materiais que naturalizam desigualdades e silenciam experiências.

O primeiro ponto refere-se à abordagem de Claval (1999) sobre cultura de massa e meios de comunicação, que, em nossa leitura, evidencia como as representações sociais reforçam papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, confinando-as ao espaço doméstico e vinculando suas presenças a cenários de subordinação e violência. Essa compreensão contribui para desnaturalizar a associação entre o feminino e o privado, destacando o papel da cultura na normatização de práticas espaciais. A Geografia Feminista tem nos oferecido ferramentas conceituais para ler essas representações como parte de um processo contínuo de produção de espacialidades generificadas.

Em seguida, a discussão de Cosgrove (2012) sobre o papel do Estado revela como a imposição de uma cultura comum atua na reprodução simbólica da dominação de determinados grupos. Essa ação estatal é perceptível desde o ambiente educacional, nos currículos, nos materiais didáticos e nas instituições escolares, onde se perpetuam discursos normativos de gênero e silenciamentos sistemáticos.

O terceiro aspecto, também desenvolvido por Cosgrove (2012), trata das culturas excluídas. Essa discussão permite refletir sobre a ausência, simbólica e material, das mulheres nos processos de construção e gestão dos espaços. Tal

invisibilidade não se limita à exclusão física dos espaços de decisão, mas atravessa a negação de suas práticas e experiências cotidianas. Considerando o recorte investigativo, essa exclusão é tensionada pelas territorialidades de resistência, pelos circuitos de cuidado e pelas estratégias de sobrevivência mobilizadas por mulheres em contextos de vulnerabilidade, mas também no fortalecimento de espaços contra-hegemônicos.

Assim, ao propor uma leitura crítica dos autores referenciados, não como um deslocamento de suas intenções originais, mas como uma ampliação analítica, buscamos contribuir para a problematização das formas pelas quais a cultura, enquanto mediação simbólica e material que atua na reprodução de desigualdades. A partir dessa perspectiva, reafirmamos a importância de mobilizar a interseccionalidade como ferramenta analítica (Collins; Bilge, 2021), capaz de evidenciar os cruzamentos entre opressões e revelar a complexidade das experiências espaciais vividas por mulheres. Esta abordagem, ao articular teoria, prática e vivência, permite lançar novos olhares sobre o espaço geográfico e as relações de poder que nele se manifestam.

Estudar cultura, nesse contexto, significa compreender os mecanismos de poder que se materializam no espaço por meio de aparelhos ideológicos (Althusser, 1970). A escola é aqui pensada como um lócus de reprodução, produção e construção de conhecimentos e reflexões, muitas delas oriundas das classes trabalhadoras e como espaço de manutenção da força de trabalho. Ela integra o conjunto de instituições sociais (como família, igreja e mídia) que atuam na reprodução de valores, normas e costumes que sustentam a ordem social e o status quo.

Os lugares que os corpos ocupam, portanto, são mediados e regulados por esses aparelhos ideológicos. É possível estabelecer, aqui, um diálogo com as tecnologias de poder (Foucault, 1975), que, por meio de padrões culturais, se associam à produção do espaço e impactam criticamente as trajetórias femininas.

A mobilização da geografia cultural nesse sentido contribui para entender:

O lugar dos acontecimentos históricos que precedem ao evento. O geógrafo[a], ao propor uma abordagem crítica da dimensão espacial da cultura, prioriza os componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos da cultura no lugar (Rosendahl, 2010, p. 118).

Tais leituras auxiliam na problematização do sistema cultural patriarcal no qual o corpo feminino está inserido. Conforme apontam Federici (2017) e Davis (2016), esses corpos foram historicamente violentados, docilizados e domesticados em uma organização que os subalternizou em relação ao corpo masculino.

As contribuições de Foucault (1987) evidenciam como os mecanismos de poder atuam no cotidiano por meio de funções, obrigações e ações normatizadas que regulam comportamentos um processo de adestramento social, cultural, econômico e político que incide sobre os mecanismos de sociabilidade e vigilância dos corpos.

O autor, ao discutir biopoder e disciplinaridade, revela como as desigualdades e os espaços de controle e violência são sustentados por normas

e condutas sociais. A domesticação e disciplinarização dos corpos se organizam a partir do gênero, presente desde os primeiros momentos da vida humana e reproduzido ao longo da trajetória social, na escola, na família, entre outros espaços.

Vivemos, portanto, em espaços de vigilância, repressão, produção de normas e práticas de controle exercidas por instituições por meio de padrões culturais. Soma-se a isso a normatização cotidiana dos comportamentos de gênero, ancorada nas ideias de masculinidade e feminilidade, o que nos leva a:

Repensar estas verdades e indagarmos se de fato são comportamentos oriundos de uma matriz biológica, vinculados intimamente ao desenvolvimento da espécie ou se são construções fortemente marcadas por aspectos culturais, por interesses sócio-históricos e comprometidos com a manutenção de um determinado status quo patriarcal ainda imperativo na atualidade (Santos; Santos, 2017, p. 180)

É possível, assim, identificar um modelo de vivência social que define identidades e papéis de gênero, reforçado em diferentes espaços como à escola, estruturas religiosas, instâncias políticas, entre outros, e no qual o controle dos corpos femininos e negros(as) é exercido por meio tanto da violência física quanto simbólica.

Claval (1999) mostra como somos ensinados, dentro de um sistema cultural, a aderir a modelos de comportamento. Isso é reforçado por Silva (2009), que argumenta não haver um comportamento instintivo e natural, mas sim uma construção social. Essa reflexão inicial demonstra como a abordagem interseccional abarca diferentes formas de opressão que interagem para produzir experiências singulares e complexas de marginalização.

Dessa forma, compreendemos que o diálogo entre a Geografia e a interseccionalidade, como propõem Collins e Bilge (2021), permite ampliar a análise dos processos sociais, políticas públicas, experiências corporais e lutas dos movimentos sociais. A interseccionalidade, nesse contexto, configura-se como ferramenta analítica capaz de promover estratégias para a equidade, na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva. O uso de lentes multifocais para pensar o espaço possibilita uma compreensão ampliada das complexidades da sociedade contemporânea, o que será aprofundado na próxima seção.

Corpos, territórios e intersecções: uma leitura crítica a partir da Geografia Cultural

As Ciências Sociais, de modo geral, tradicionalmente priorizaram o objeto como centro da análise, o que resultou, muitas vezes, na invisibilização das subjetividades que constroem, experienciam e disputam os territórios. Neste segundo momento, propomos deslocar esse eixo para o/a sujeito/a da pesquisa, enfatizando as mulheres como foco analítico central. Tal perspectiva permite evidenciar como as experiências femininas, marcadas por interseções entre gênero, raça, classe, sexualidade, geração, territorialidade e religiosidade; revelam formas específicas de inserção e exclusão na sociedade e no espaço. Nesse sentido, os corpos femininos não apenas ocupam a paisagem urbana e

social, mas a produzem e são por ela produzidos, em um movimento dialético profundamente político.

A Geografia Cultural crítica tem destacado que a paisagem não é apenas uma representação visual e estética, mas um campo de disputas simbólicas e materiais, constituída por relações de poder, memória, exclusões e resistências (Corrêa, 2008). Quando analisada sob a ótica interseccional, a paisagem revela-se como espaço onde se manifestam as múltiplas violências vividas pelas mulheres em razão das marcas que seus corpos carregam. Assim, a cidade, enquanto paisagem vivida, torna-se palco das experiências cotidianas de opressão, mas também de resistência e reexistência, onde os corpos femininos, sobretudo os racializados, dissidentes de gênero e sexualidade.

A metáfora da interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw (1991; 1994), é central nesse debate, pois permite compreender os múltiplos eixos de poder como gênero, raça/etnia, classe, sexualidade, deficiência e geração, como avenidas que se entrecruzam no corpo social. Ao invés de operar uma análise aditiva, a interseccionalidade propõe a compreensão das experiências a partir das articulações simultâneas e estruturantes dessas opressões. A mulher negra, lésbica e periférica, por exemplo, vivencia a cidade de modo específico, sujeita a um intenso entrelaçamento de violências, mas também à criação de táticas de sobrevivência e coletividade que ressignificam os espaços urbanos.

Nesse contexto, a noção de corpo como território político torna-se fundamental. Como propõe Butler (2020), os corpos importam não apenas por suas características biológicas, mas pelas normas sociais que os regulam, restringem e disciplinam. Tais normas atuam diretamente na produção dos espaços, uma vez que definem quem pode ocupar certos territórios físicos e simbólicos e de que maneira os ocupam. O espaço urbano, portanto, não é neutro; é construído por relações desiguais e espelha as estruturas sociais, raciais e de gênero.

A partir dessa leitura, podemos compreender que o acesso desigual aos espaços sejam eles formativos, de trabalho, de poder ou de cuidado e resulta de um processo histórico de negação da cidadania plena às mulheres, especialmente àquelas que se situam nas margens sociais. A cidade torna-se, assim, não apenas território de deslocamentos, mas também campo de luta por visibilidade, segurança e direito à vida.

Inserindo esse debate na tradição feminista brasileira, é necessário reconhecer a multiplicidade de correntes e experiências. Como pontuam Fraga e Martins (2023), as lutas pelos direitos das mulheres no Brasil têm raízes no século XIX, com a atuação de grupos como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que buscavam o direito ao trabalho e ao voto. Contudo, essas primeiras ondas foram marcadas por uma hegemonia branca e de classe média, que marginalizou outras vozes e experiências.

A partir da década de 1970, sob forte repressão da ditadura militar, o feminismo brasileiro ganha contornos específicos, articulando-se com movimentos de esquerda e de contestação à ordem política vigente (Sarti, 2004). As mulheres ocupam as ruas e os debates, tensionando a estrutura patriarcal e propondo novas formas de existir e resistir no espaço público. Como destaca Carneiro (2003), a emergência do feminismo negro foi essencial para evidenciar os limites do feminismo branco e suas lacunas analíticas em

relação às mulheres negras, periféricas e pobres.

Nesse cenário, é imprescindível considerar a atuação de movimentos como o das mulheres negras, das trabalhadoras rurais, das sindicalistas, bem como os coletivos de mulheres indígenas e LGBTI, que complexificam e ampliam as agendas feministas. Como argumenta Sueli Carneiro (2003), foi necessário “enegrecer o feminismo” para que as experiências das mulheres negras se tornassem parte constitutiva e não marginal do debate. Esses movimentos operam como forças contra-hegemônicas que produzem outras geografias possíveis de vida, de luta e de afeto.

A Constituição de 1988, ao reconhecer juridicamente a igualdade entre homens e mulheres, representou um marco histórico. Contudo, como apontam Marcelo, Reis e Urquidi (2023), essa igualdade formal não se traduz em equidade concreta no mundo material. Persistem desigualdades estruturais que operam sob a lógica do pensamento colonial e patriarcal, cujo sujeito universal continua sendo o “homem, branco, liberal e europeu”. Nesse sentido, a conquista de direitos, embora fundamental, não encerra a luta por justiça social.

Assim, o corpo feminino é marcador político e deve ser compreendido como elemento fundamental para a análise da cidade e da paisagem, e as relações sociais que as modificam, configuram e estruturam. É no entrelaçamento entre corpo, cidade e interseccionalidade que se revela a potência crítica da Geografia Cultural, capaz de desestabilizar leituras totalizantes e propor formas de compreender a produção do espaço. A paisagem, longe de ser neutra, torna-se expressão das disputas que moldam o cotidiano urbano: entre o silenciamento e a fala, entre a exclusão e a presença, entre a opressão e a resistência.

A emergência dos estudos de gênero na Geografia revela uma dimensão ampla e complexa das pautas políticas e acadêmicas que historicamente tensionam os discursos dominantes. No campo científico, destacam-se as contribuições de pesquisadoras que, a partir de suas experiências e inserções político-acadêmicas, consolidaram reflexões que emergiram das ruas, dos movimentos sociais e da vida cotidiana. Tais produções tensionam a Geografia enquanto campo disciplinar, frequentemente estruturado a partir de uma epistemologia eurocêntrica, androcêntrica e colonial.

No contexto brasileiro, o pioneirismo de Rosa Ester Rossini marca a entrada das questões de gênero na Geografia, sobretudo a partir de investigações sobre o trabalho das mulheres no espaço rural. Como destacam Silva e Ornat (2016), Rossini abriu caminhos fundamentais para a consolidação da Geografia Feminista no Brasil:

Rosa Ester Rossini dispensa apresentações para aqueles que estudam gênero na Geografia brasileira. Sua luta e pioneirismo na área abriu caminhos para que estudos posteriores pudessem ser consolidados no Brasil. Sua trajetória profissional foi marcada pela abordagem da Geografia Agrária e da População, mas sua atuação nos temas de gênero são particularmente inovadoras. É sob esta última perspectiva que nos interessa aprofundar a discussão e realizar o registro de uma Geografia Feminista criada no Brasil já nos anos 1980 (Silva; Ornat,

2016, p. 212).

Outras contribuições relevantes podem ser identificadas na tese de Ivaine Tonini (2002), que analisa como as representações de gênero são reproduzidas nos livros didáticos de Geografia. A autora destaca como o espaço é construído e reproduzido a partir de códigos culturais que legitimam desigualdades:

Essa perspectiva espacial está articulada à história do mundo ocidental, em que as instituições familiares, políticas e econômicas estabeleceram marcas de diferenças biológicas para destinar os papéis sociais que mulheres e homens devem desempenhar. O espaço definido para a mulher sempre foi determinado em oposição ao espaço dos homens. A partir dessa bipolaridade espacial, criaram-se códigos culturais que contribuem para legitimar relações desiguais entre eles. Esse binarismo espacial é reforçado e produzido nos discursos dos livros didáticos de Geografia, ao mostrar mulheres e homens quase sempre a partir da diferença sexual (Tonini, 2002, p. 59).

A produção de Joseli Maria Silva se insere nesse campo, mobilizando o debate de gênero como central para a compreensão das espacialidades. Seu trabalho se destaca não apenas pela qualidade de suas análises, mas também pelo papel de articulação e formação de uma rede de pesquisadoras e pesquisadores em Geografia e Gênero. Segundo a autora:

Abordagem de gênero exige uma relação entre o universo micro e macro, envolvendo as relações de caráter familiar e social e, portanto, a análise do espaço privado e o público. Um campo fértil de investigação geográfica. É a inter-dependência da relação entre estes dois tipos de espaço a partir da perspectiva de gênero. Notadamente, as sociedades latino-americanas apresentam acentuados níveis de desigualdade social entre os sexos, que envolvem as relações entre homem e mulher tanto no universo doméstico como nas esferas sociais mais amplas (Silva, 2003, p. 43).

Tais contribuições demonstram que as geografias feministas e de gênero vêm sendo produzidas há décadas no Brasil, mesmo que, por muito tempo, marginalizadas dentro da disciplina. Negar essa historicidade é reforçar a invisibilização dessas trajetórias, desconsiderando suas epistemologias, corpos e lugares de fala. A consolidação de grupos de pesquisa, como o GETE (Grupo de Estudos Territoriais), e periódicos como a Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, editada por Joseli Silva desde 2010, são evidências de um campo que se fortalece, tensionando a centralidade epistemológica da Geografia tradicional.

A Geografia crítica contemporânea, ao dialogar com epistemologias feministas, antirracistas, queer e decoloniais, rompe com a neutralidade aparente da ciência moderna, questionando os saberes que desconsideram corpos dissidentes e experiências periféricas. Como nos alerta Silva (2009), trata-se de uma postura subversiva, que desafia a hegemonia do pensamento científico ocidental:

A subversão tem uma conotação política que perturba e desafia a instituição padrão dominante de um saber científico moderno e eurocentrado [...]. Acreditamos na necessidade de questionar os pressupostos epistemológicos da perspectiva científica branca, masculina e ocidental, para permitir a emergência de saberes não hegemônicos (Silva, 2009, p. 13).

Assim, as epistemologias que visibilizam os espaços corporificados e experienciados ganham centralidade. Essa proposta epistêmica e metodológica, coerente com a Geografia Cultural crítica, parte da compreensão de que os corpos são elementos constituintes da paisagem e da cidade, tanto na sua materialidade quanto nas simbologias que mobilizam.

Nesse campo o conceito de violência de gênero é central. Ao romper com concepções, autoras como Heleieth Saffioti (2001) e bell hooks (2019) ampliam a compreensão da violência patriarcal, evidenciando seu caráter estrutural e interseccional. Segundo Saffioti:

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência (Saffioti, 2001, p. 115).

Assim, também é importante ressaltar que se trata de uma violência sexista, uma violência patriarcal que está envolta nas relações de poder que, neste caso, reforçam o poder de homens contra mulheres. hooks (2019) contribuiu nesse debate reforçando estas interrelações e demonstrando a amplitude conceitual do que entendemos como violência patriarcal. Segundo a autora:

A violência patriarcal em casa é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva. Essa definição entendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças. O termo “violência patriarcal” é útil porque, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina (hooks, 2019, p. 95-97).

Tais autoras demonstram que a violência de gênero deve ser compreendida em sua complexidade e historicidade, articulada às dinâmicas do patriarcado, racismo e capitalismo. É importante, portanto, diferenciar conceitos como

violência doméstica, violência de gênero e violência contra as mulheres, respeitando seus escopos e especificidades analíticas.

A violência doméstica, por exemplo, não se restringe ao espaço físico da casa, mas diz respeito a relações interpessoais de convivência íntima, podendo ocorrer em diferentes espaços. Já a violência contra mulheres se refere exclusivamente às violências sofridas por mulheres ao longo de suas vidas, com foco em suas experiências. Por sua vez, a violência de gênero, por ser mais ampla, permite compreender como diferentes grupos, mulheres, crianças, adolescentes e idosos, são alvo de violências exercidas no interior de uma lógica patriarcal, como no seio familiar.

Essa compreensão mais ampla é fundamental para a construção de políticas públicas e estratégias de enfrentamento à violência. Além disso, reforça a necessidade de uma Geografia comprometida com a justiça social, com as múltiplas experiências corporificadas e com os saberes subalternizados. Trata-se, assim, de um chamado à desobediência epistêmica (Mignolo, 2008), à insurgência dos saberes periféricos e à construção de uma Geografia que incorpore as pluralidades e lutas por existência.

Esse conjunto de conceitos demanda uma maior precisão teórica e política para que sejam aplicados de forma coerente às diferentes situações vivenciadas. A tipificação proposta por Almeida (2007) contribui para esse esforço, ao apresentar quatro categorias distintas:

Violência contra a mulher enfatiza o alvo contra o qual a violência é dirigida. É uma violência que não tem sujeito, só objeto; acentua o lugar da vítima, além de sugerir a unilateralidade do ato. Não se inscreve, portanto, em um contexto relacional. Violência doméstica é uma noção espacializada, que designa o que é próprio à esfera privada - dimensão da vida social que vem historicamente contraposta ao público, ao político. Enfatiza, portanto, uma esfera da vida, independentemente do sujeito, do objeto ou do vetor da ação. Violência intrafamiliar aproxima-se bastante da categoria anterior ressaltando, entretanto, mais do que o espaço, a produção e a reprodução endógenas da violência. É uma modalidade de violência que se processa por dentro da família. Violência de gênero designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é social e seu caráter é relacional (Almeida, 2007, p. 23-24).

A partir dessas definições, aprofunda-se a ideia de que a violência de gênero é sistêmica e estruturante, atravessando as práticas cotidianas e se manifestando em diferentes tipos de agressões, físicas, psicológicas, simbólicas, sexuais, verbais, que também se articulam com a orientação sexual, como aponta Garcia (2004). A autora reforça o caráter relacional do gênero como processo social e dinâmico, em constante movimento, marcado por relações de dominação.

Essas reflexões auxiliam na identificação das múltiplas formas de violência e dos corpos que as experienciam. Para tanto, é essencial o uso de categorias e conceitos que contribuam para visibilizar essa realidade (Silva, 2014). Nesse contexto, a escala surge como ferramenta teórica relevante, ao permitir analisar

a articulação entre o corpo e as múltiplas dimensões espaciais em que ele está inserido.

A escala da casa e do convívio familiar e coletivo é central na construção dos papéis de gênero. Garcia (2004) destaca que esse espaço é atravessado por assimetrias, onde o corpo masculino adulto goza de privilégios patriarcais e exerce dominação sobre os corpos que compartilham o mesmo ambiente, especialmente os corpos femininos e infantis. O corpo feminino, nesse cenário, é subalternizado por uma cultura que se ancora em diferenças biológicas para justificar desigualdades de poder:

A escala da casa, o espaço de convívio familiar, o lote do assentamento, são lugares fortemente marcados pelo gênero. Eles são contextos imediatos onde a identificação pessoal ocorre, onde se constroem as bases sociais de gênero. Se o corpo é a fonte imediata da diferença corpórea apropriada na construção do sexismo, é na escala da comunidade que o sexismo está mais fortemente enraizado. A despeito de suas raízes locais é, sobretudo, uma construção global do mercado e do privilégio cultural, embutido no patriarcado (Garcia, 2004 p. 181).

Assim, o corpo feminino violentado torna-se tanto uma materialidade quanto um símbolo dos padrões de poder que regem a sociedade patriarcal. A violência, por sua vez, deve ser compreendida como um fenômeno multiescalar, isto é, ocorre e pode ser analisada em distintas escalas, do espaço doméstico ao espaço público, das ruas aos campos institucionais. Essas escalas estão entrelaçadas às estruturas econômicas, sociais e culturais, sendo atravessadas por desigualdades históricas.

Compreender a violência exige, portanto, um olhar que perceba essas relações de forma simultânea e interdependente, rompendo com visões fragmentadas. A interseccionalidade é, nesse sentido, um eixo central da análise, pois permite compreender como categorias como gênero, raça, classe, sexualidade e geração se sobrepõem e geram formas múltiplas e desiguais de opressão, como defendem Collins e Bilge (2021).

A pesquisa interseccional não apenas propõe formas de análise, mas também estratégias de resistência e transformação, visibilizando as disparidades sociais e econômicas, bem como suas expressões espaciais. Assim, é possível afirmar que realizar uma geografia subversiva significa desafiar os paradigmas tradicionais da ciência, questionar seus fundamentos e explorar caminhos teórico-metodológicos.

Essa perspectiva nos convida a considerar como os corpos femininos, marcados pela violência, são moldados por fatores espaciais em diferentes contextos históricos e geográficos. A partir da teoria do espaço social de Lefebvre (1974), compreende-se que o espaço é produzido, vivido e sentido de maneira distinta por diferentes sujeitos. Essa abordagem permite articular corpo, espaço e poder em uma análise crítica, abrindo caminhos para interpretações e práticas.

Com isso, a próxima seção se dedicará a uma breve análise histórico-geográfica do espaço brasileiro, tendo como foco os corpos femininos

marcados pela violência e suas múltiplas territorialidades, reconhecendo os limites e desafios que esse tipo de abordagem implica, mas também sua potência epistemológica e política.

Corpos em luta, espaços em disputa

Pensar a geografia a partir do corpo e da violência contra as mulheres implica romper com abordagens tradicionais e adotar uma leitura crítica, situada e sensível às relações sociais que moldam o espaço. Essa inflexão epistêmica, fortalecida no campo da geografia feminista, tem fomentado uma produção acadêmica que coloca o corpo e o território no centro das análises, evidenciando como os conflitos, desigualdades e mecanismos de controle se expressam espacialmente nas realidades brasileiras.

Compreender o corpo feminino como território implica reposicionar a violência de gênero, frequentemente reduzida ao âmbito individual ou doméstico, para uma escala geográfica mais ampla, que envolve relações estruturais, espaciais e políticas. A partir da perspectiva desenvolvida por Santos (2018; 2021), evidencia-se como a violência contra as mulheres, especialmente a doméstica, transborda os limites do lar e se enraíza nas tramas urbanas, marcando o cotidiano com vestígios visíveis e invisíveis.

Na análise sobre o município de São Gonçalo (RJ), Santos (2018; 2021) demonstra que o corpo feminino é simultaneamente espaço de inscrição da violência e território de resistências. Estas manifestam-se através de movimentos de mulheres que reconfiguram o espaço urbano com base nas suas experiências e práticas coletivas. O conceito de escalaridade do corpo, mobilizado pela autora, permite compreender a violência em diversos níveis do íntimo ao institucional, e as articulações nas geografias da desigualdade e exclusão urbana.

O território deixa de ser apenas um espaço físico e passa a representar uma construção simbólica e relacional, onde se expressam conflitos de poder, gênero e classe. Corpos femininos, especialmente os de mulheres negras, periféricas, lésbicas e trans, são atravessados por violências que se intensificam nas dinâmicas urbanas de segregação socioespacial. Nesse contexto, emergem movimentos feministas e de mulheres em São Gonçalo como sujeitos políticos que promovem uma reterritorialização solidária e coletiva do espaço.

Ao articular corpo, espaço e violência, Santos fortalece o campo da geografia feminista latino-americana, reconhecendo a centralidade do corpo nas análises espaciais. Compreender a violência contra as mulheres é mapear territórios da dor e circuitos de resistência, onde o corpo, embora vulnerabilizado, se afirma como agente de transformação.

Segundo Joseli Maria Silva (2014), o espaço é produzido também pelas experiências corporais, emoções e afetos. O corpo, especialmente o feminino, não é apenas objeto de dominação, mas sujeito ativo na produção espacial. Estudos como os de Castro (2015) revelam que a memória urbana está entrelaçada às experiências de mulheres negras, cujas narrativas desafiam as cartografias oficiais. De forma semelhante, Moreira (2015) expõe as espacialidades das mulheres sem-teto, destacando como a ruptura com laços

familiares tradicionais produz vulnerabilidades e também redes de solidariedade.

A violência, nesse contexto, é compreendida como uma lógica espacial que se manifesta em vários ambientes: nas ruas, casas, transportes públicos e no acesso à cidade. As práticas religiosas e midiáticas são centrais nesse processo. O estudo de Abranches Jr. e Almeida Neto (2015) sobre a Parada Gay de São Paulo mostra como territórios dissidentes são ameaçados por discursos moralistas e heteronormativos, frequentemente amplificados pela mídia. Trata-se de uma disputa de projetos de cidade e sociedade, onde o corpo é campo de confronto normativo.

A produção de conhecimento geográfico precisa escutar essas vozes, mapear essas violências e disputar esses espaços. Como propõem Reis (2015), é urgente subverter epistemologias excludentes e abrir caminhos para geografias outras corporificadas e insurgentes. A geografia feminista propõe tensionar e transformar o espaço em algo mais justo, reconhecendo-o como arena de luta e o corpo como território de resistência.

O corpo, alvo constante da violência patriarcal, é agredido em suas múltiplas formas e expressões, como no caso de identidades. Henri Lefebvre (2000) considera o corpo como produto e produtor do meio social, um espaço sensível e agente criador. Como destaca Massey (2008), o espaço é dinâmico e plural e Harvey (2004) complementa afirmando que os corpos são moldados por processos sociais e representacionais.

Foucault (1987) analisa como mecanismos disciplinares moldam os corpos desde a infância, sustentando um modelo patriarcal e capitalista. Ainda hoje, a aparência física é critério de hierarquização e exclusão. Louro (2004) sublinha que esses marcadores corporais fundamentam diversas formas de violência. O corpo é, assim, uma construção cultural, atravessado por significados sociais e codificações simbólicas. Colling e Tedeschi (2019) reforçam que é nos significados atribuídos que se define o corpo, e não em semelhanças biológicas.

A masculinidade normativa é também questionada, já que as masculinidades são diversas, influenciadas por vários fatores sociais. Desafiar representações normativas é enfrentar os dispositivos que modelam os corpos.

Sendo assim, pensar o corpo como espaço e a violência como lógica espacial é essencial para compreender as geografias contemporâneas da opressão e da resistência. A geografia feminista revela que o espaço é construído na interação entre corpos e territórios, entre violência e luta, entre dor e potência. Esta abordagem oferece não apenas diagnósticos, mas também caminhos para a transformação social, a partir de geografias vividas e insurgentes.

Conclusão

Pensar a geografia a partir do corpo e da violência contra as mulheres é um gesto teórico, político e ético. Significa reconhecer que o espaço é atravessado por desigualdades estruturais que se expressam em experiências cotidianas, especialmente nos corpos de mulheres negras, pobres e dissidentes. Como aponta Joseli Maria Silva, o corpo é tanto alvo quanto agente na produção do

espaço, de normas, mas também de resistências.

É necessário para potencializar esses estudos entender que os sentidos atribuídos ao espaço são construções sociais e simbólicas. Autores como Corrêa, Rosendahl e Claval, entre outros, demonstram que o espaço expressa valores e ideologias, e que as paisagens são carregadas de significados. Nesse contexto, a violência de gênero não é apenas física ou localizada, mas atravessa práticas, discursos e representações culturais.

Estudos como os de Castro, Moreira e Abranches Jr. mostram que a violência espacial se manifesta de forma diversa: na ausência de moradia, na disputa por reconhecimento, nos discursos moralistas que regulam o corpo dissidente. São exemplos que evidenciam como o espaço urbano é moldado por exclusões, mas também por redes de solidariedade e luta.

A geografia feminista, articulada à dimensão cultural, propõe escutar essas vivências e tensionar os sentidos dominantes do espaço. Mais do que representar, trata-se de intervir, com sensibilidade política e rigor teórico. Produzir geografias outras exige reconhecer o corpo como central na análise espacial e o território como campo de disputa por dignidade, visibilidade e justiça.

Referências

ABRANCHES JUNIOR, Nilton; ALMEIDA NETO, Arthur Marques de. Religião, gênero e território: discursos midiáticos da Parada Gay de São Paulo. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 205–224, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29076>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Tradução: Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 502–513, 2003.

CASTRO, Bernadete Aparecida Caprioglio de. História de negros, memória de mulheres: narrativas sobre o espaço urbano. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 203–216, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/22025>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CASTRO, Marianna Fernandes Moreira. Mulheres sem-teto e a geografia da

Carolina da Silva Santos

família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 85–122, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29071>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Max Tavares. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço da geografia**: o uso do território. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Território e espaço**: uma perspectiva cultural. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia cultural**: uma antologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COSGROVE, Denis. **Geografia e visão**: ensaios sobre paisagem e imaginação. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Rio de Janeiro: Pólen, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRAGA, Beatriz; MARTINS, Camila. Feminismo e educação: articulações possíveis. In: MATTOS, C.; OLIVEIRA, C. (org.). **Educação e Gênero**. São Paulo: Livraria da Física, 2023.

GARCIA, Wilza Vieira Villela. Gênero e práticas espaciais: relações de poder no espaço da casa. In: HOLZER, Werther (org.). **Espaço e gênero**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 121–138.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LAN, Diana. El circuito espacial de la violencia doméstica: análisis de casos en Argentina. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 1, p. 70–77, jan./jul. 2010.

LAN, Diana. Gênero, sexualidade e espaço: interseções a partir de uma geografia feminista. In: CARLOS, Ana Fani A.; ARROYO, Maria Thereza A. (org.). **Geografias pós-modernas**: a renovação da geografia crítica. São Paulo: Contexto, 2009. p. 115–132.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

MARCELO, Luan; REIS, Valéria; URQUIDI, Camila. Feminismo e justiça social: caminhos possíveis. In: FRAGA, Beatriz; MARTINS, Camila (org.). **Feminismo e Educação**. São Paulo: Livraria da Física, 2023.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11–34, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29067>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Carolina. **A escalaridade do corpo na violência contra mulher: uma análise a partir do município de São Gonçalo - RJ**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

SANTOS, Carolina. **A violência doméstica vivenciada no espaço geográfico pelo corpo feminino: uma análise sobre o movimento de mulheres em São Gonçalo**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de

Janeiro, São Gonçalo, 2018.

SANTOS, Roseli Alves.; SANTOS, Luiz César Teixeira dos. Gênero e corporeidade. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 177–193, 2017.

SARTI, Cynthia. Feminismo e autoritarismo: impasses e disputas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 31–45, 2004.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço. In: AZEVEDO, A.; MORAIS, M. (org.). **Ensino de geografia: novos temas para a geografia escolar**. São Paulo: Consequência, 2014.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: Toda Palavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, M. J. Geografia feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212–219, ago./dez. 2016.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31–45, 2003.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, M. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. **Espaço e cultura: uma análise geográfica**. São Paulo: Contexto, 2016.

TONINI, Izabel. **Identidades capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

Recebido em 05 de junho de 2025.

Aceito em 07 de setembro de 2025.

Carolina da Silva Santos

